

PRODUZIR

O QUE ESTÁ EM JOGO PARA O AGRO NO ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O ACORDO entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) vem sendo negociado há mais de vinte anos e, cada vez que dá sinais de que pode ser colocado em prática, levanta questionamentos nas diferentes cadeias produtivas, especialmente no agronegócio. O tema voltou a chamar a atenção neste ano, com novas rodadas de conversa que envolvem o governo brasileiro – que ocupa a presidência temporária do MERCOSUL – e os líderes do bloco europeu.

Embora o acordo ainda não esteja concluído, sabe-se que a sua minuta prevê, por exemplo, que a UE flexibilizaria 83% do volume de comércio e 77% das linhas tarifárias do setor agrícola, dando acesso preferencial ao MERCOSUL.

Caso seja aprovado o acordo, os dois blocos passam a concentrar, juntos, uma zona de livre-comércio de 780 milhões de habitantes, além de um mercado equivalente a um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) global, segundo dados apurados pela equipe da SRB.

Além disso, o acordo pode abrir oportunidades de US$ 100 bilhões em exportações do MERCOSUL para a UE, conforme um estudo feito pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).

Em 2022, a UE importou US$ 25,6 bilhões em produtos do agronegócio brasileiro, ou 16% do total, atrás apenas da China. Com base nesses números, é possível dizer que a principal vantagem de um eventual acordo para o agro (e a economia brasileira) será a possível diminuição de barreiras tarifárias e não tarifárias.

Porém, também há possíveis impactos negativos, como a criação de uma reserva de mercado para determinados produtos. Além disso, os altos custos podem dificultar ainda mais o acesso de pequenos e médios produtores às exportações. Ademais, há riscos de restrições a determinados insumos agrícolas usados no Brasil, como fertilizantes e defensivos.

É importante, ainda, uma reflexão sobre o papel de "formadora de opinião" que a UE costuma exercer sobre outros mercados globais. Caso existam medidas restritivas por parte da UE ao agronegócio brasileiro, por exemplo, há o risco de outros países seguirem as mesmas regras.

Um exemplo disso é o chamado "Green Deal" – compromisso dos países europeus de reduzirem as emissões de gases do efeito estufa –, que inclui a exigência de desmatamento zero, seja legal ou ilegal, para diferentes produtos e países, como o Brasil, que exportam para a UE. O Reino Unido e a China estudam adotar medidas semelhantes e observam o andamento das negociações entre o MERCOSUL e a UE.

Em setembro último, participei da reunião da Federação das Associações Rurais do MERCOSUL (FARM), em Montevidéu, no Uruguai. Foi consenso entre as lideranças a não aceitação da chamada "*side letter*" encaminhada pela UE no início deste ano solicitando compromissos extras do ponto de vista ambiental. Foram exigidas, por exemplo, metas que vão além do compromisso de redução do desmatamento assumido pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris.

Torcemos que o bom senso prevaleça e que as negociações finalmente se transformem em um acordo assinado e ratificado pelos parlamentos de cada país, mas dentro de uma lógica que preserve a legislação de cada país, com foco no desenvolvimento sustentável dos dois blocos, de forma equilibrada. Há quem diga que um acordo final pode sair ainda em 2023. Assim esperamos. ■

O acordo comercial entre o MERCOSUL e a UE pode abrir oportunidades de US$ 100 bilhões em exportações daquele para esta, conforme um estudo da ApexBrasil.